



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
A transformação do projeto de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Alexander Maximilian Hilsenbeck Filho	Universidade Estadual de Campinas	Unicamp	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>A cultura política brasileira mantém aspectos históricos de estreita relação entre propriedade da terra e poder político. O MST tem proposto um modelo de reforma agrária que modifique a estrutura da propriedade da terra, transformando o modo de produção e as relações de trabalho no campo. Contudo, este projeto passou por importantes modificações nos quase trinta anos do Movimento. Em 1984, o MST defendeu como um de seus princípios gerais o de “Lutar pela reforma agrária já”, “Lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo”. Ademais, é enfatizado que o MST “deve sempre manter sua autonomia política”, e “o acesso à terra deve ser através da pressão e da luta”. Em 1995, o MST apresentou diversos pontos não contemplados na proposta anterior, incluindo reivindicações como comercialização dos produtos e apontando para planos de governo e políticas públicas para o campo, reivindicando a ação do Estado como instrumento fundamental. Na década de 2000, com o desenvolvimento do capitalismo na agropecuária, o campo passa a ser dominado pelo capital financeiro e empresas transnacionais, fazendo com que o entendimento da reforma agrária ultrapasse a desapropriação de latifúndios e distribuição dos lotes de terra. Neste contexto, ganha corpo a perspectiva de integração do problema agrário ao mercado capitalista, da “agricultura familiar” ao agronegócio através de políticas públicas determinadas e dirigidas pelo Estado. Após uma década de governos do Partido dos Trabalhadores, como esta nova situação agrária impacta no MST? As iniciais reivindicações “anticapitalista” e “autônoma” do MST ainda se conjugariam neste novo cenário?</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
MST; reforma agrária; PT			
ABSTRACT			
KEYWORDS			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a transformação social			

A reforma agrária não é um termo unívoco; ao contrário, é um conceito bastante controverso, podendo ser analisado enquanto uma questão de ordem econômica, política, ideológica, social. Portanto, devemos compreendê-la como um processo (contraditório) de transformação das relações sociais (relações de produção e poder) e seu caráter – revolucionário, radical, progressista, capitalista – é definido pela correlação das forças políticas. Interessamos neste texto abordar as concepções de reforma agrária apresentadas e defendidas pelo maior movimento social rural, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Simplificadamente, o MST tem proposto um modelo de reforma agrária que modifique não apenas a estrutura da propriedade da terra, redistribuindo-a entre os pequenos agricultores, mas também que transforme o modo de produção e as relações de trabalho no meio rural.

Entretanto, a problemática da questão agrária é muito mais complexa. A contradição está presente não apenas no modelo de reforma agrária hegemônico, mas, inclusive no projeto defendido pelo MST. Essa contradição seria expressa no fato do MST – através da ocupação – romper com o direito de propriedade privada, mas acabar por aceitar, e mesmo defender, a pequena propriedade rural, não rompendo, assim, com as relações capitalistas de produção (NETO, 1999). Para Neto, apesar da extrema relevância do MST na luta pela organização dos trabalhadores rurais, essa contradição se constitui historicamente como um entrave conservador que amplia e reforça as relações capitalistas.

Ainda assim, alguns questionamentos que podem ser levantados referem-se ao processo de concentração do capital: seja através de alguns poucos proprietários bem-sucedidos que passem a assalariar grande parcela de ex-proprietários fracassados (como ocorreu, por exemplo, na URSS entre 1917 e 1928); seja por meio das grandes empresas transnacionais assalariarem temporariamente os pequenos proprietários, ou ainda pelo fato de estes arrendarem suas terras para a plantação de determinada monocultura (sob orientação e assessoria das transnacionais e grandes proprietários), fato que poderá ser facilitado e legalizado pela política proposta pelo atual governo Dilma, do Partido dos Trabalhadores, de “emancipação compulsória dos assentamentos”.

Ademar Bogo (2009, p. 69), da direção do MST, reconhece os limites da reforma agrária, e do próprio MST, neste quesito:

Somos uma força política importante e ao mesmo tempo limitada. Nosso objetivo é lutar pela reforma agrária, embora saibamos que ela somente se realizará na totalidade em um sistema socialista, mas nem por isso, como movimento social, temos a pretensão de impulsionar sozinhos a construção dessa grande obra, a revolução política, pois demanda muito mais força e muito mais representatividade. Mas o importante não é reconhecer a fraqueza, mas descobrir como ampliar as forças.

Essa condição também é problematizada por Eliel Machado (2009b, p. 40), para quem,

(...) a despeito de sabermos que estes movimentos não têm força política para enfrentar a sua situação de classe pauperizada a não ser reivindicando terra ou trabalho para sobreviver, este acaba sendo um fator limitador da sua luta política e ideológica. Aquilo que serve como motor da organização em classe – o questionamento jurídico-político da concentração da propriedade privada dos meios de produção em pouquíssimas mãos durante os acampamentos, marchas, bloqueios de estradas etc. – perde força política quando se torna assentado ou cooperado (formação das cooperativas: olarias, marcenarias, padarias, metalurgias etc.), pois são obrigados a produzir para o mercado e, além disso, demonstrar a viabilidade econômica de seus empreendimentos. O Estado burguês, por sua vez, procura inviabilizá-los de várias formas, sendo a mais comum ao dificultar a liberação de créditos para a produção, plantio e cultivo.

Mas, o membro do MST destaca a potencialidade da reforma agrária como elo de um processo revolucionário mais amplo:

Podemos dizer que, por duas razões, a reforma agrária está ligada à revolução. A primeira por ela estar no campo das “reformas” em que obrigatoriamente deve impulsionar a revolução para a frente por meio da luta pelas necessidades imediatas dos Trabalhadores Sem Terra e da sociedade. A segunda razão, por ela estar vinculada a essa concepção antecipada da sociedade socialista que pretendemos construir, em que a propriedade privada sofrerá mudanças profundas na forma de sua existência (BOGO, 2009, p. 69-70).

Contudo, quais seriam essas concepções antecipadas da sociedade socialista? O questionamento da propriedade privada não daria lugar a uma defesa da pequena propriedade? A organização da produção em bases coletivas não cederia à normatividade do mercado instituído?

Estas contradições permeiam a luta do MST, e as tendências que o empurram para a normatividade sistêmica travam um embate com os elementos de ruptura com o capitalismo (a “concepção antecipada da sociedade socialista”, como destaca Bogo) existentes dentro dos assentamentos e acampamentos, tanto no âmbito da produção quanto das relações sociais e da própria política. Em que medida ambas as tendências são incentivadas ou constrangidas pela própria forma organizativa do MST?

A transformação do projeto de reforma agrária do MST

No seu I Encontro Nacional em 1984, o MST defendeu como um de seus princípios gerais o de “Lutar pela reforma agrária já”, além de “Lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo”. Além disso, é enfatizado que o MST “**deve sempre manter sua autonomia política**”, sendo que “**o acesso à terra deve ser através da pressão e da luta**” (MST, 1984, apud STÉDILE, 2012 – grifos nossos).

Porém, o modelo econômico desenvolvido na sociedade brasileira (urbano-industrial) iniciado nos anos 1930 teve seu fechamento nos anos 1980, fazendo com que se modificasse a função da agricultura (PIZZETA, 2012). Na avaliação do dirigente do MST ainda havia espaço político para o modelo clássico de reforma agrária enquanto o padrão da agricultura era o de fornecer mão-de-obra, alimentos e matéria-prima para uma sociedade em processo de industrialização. Mas, com o declínio desse antigo modelo de industrialização (de substituição de importações) e a inserção do país na economia capitalista globalizada, a totalidade das terras (produtivas ou improdutivas) passa a ser alvo de empresas transnacionais e de especulação do agronegócio, com vistas a atender à demanda internacional de *commodities* e matéria-prima. Isso faz com que a reforma agrária (baseada na produção de alimentos) e a questão agrária brasileira estejam ligadas a uma mudança no modelo de agricultura do país.

Assim, uma década depois da primeira menção de reforma agrária apresentada pelo MST (em 1984), no III Encontro Nacional, o Movimento apresentou uma **Proposta para a Reforma Agrária**, ampliando a discussão para vários pontos não tratados no documento de 1984. Insere a reforma agrária no conjunto mais amplo da sociedade, transcendendo os problemas específicos dos sem terra e do conflito fundiário. Reafirma o questionamento da propriedade privada ao vincular a terra à sua função social e por entendê-la como “(...) um bem fundamental da natureza que não pode estar aprisionada pela propriedade privada absoluta, em que o proprietário faz o que quiser” (MST, 1995), passando a abordar temas como a comercialização dos produtos agrícolas e a ação do Estado como instrumento essencial desse projeto de reforma agrária. Nestes dois últimos quesitos, o MST passa a reivindicar a existência de políticas públicas de compras dos produtos dos assentamentos, através das associações dos camponeses em empresas de produção agropecuária sob “gestão dos trabalhadores” (vinculados como donos de cota-partes ou por contrato de trabalho individual), e o estabelecimento de preços subsidiados e diferenciados para esse setor. Desse modo, reivindica que seja dada prioridade nas compras governamentais para merenda escolar, cesta básica, programas de combate à fome, hospitais públicos, forças armadas etc. aos produtos agrícolas oriundos da reforma agrária.

No entanto, também esta proposta de reforma agrária popular de 1995 estava alicerçada numa conjuntura que se transformou rapidamente, como já apontado por Pizzeta. Na avaliação de Stédile (2012),

No passado, a expressão reforma agrária era entendida por muitos apenas como desapropriação de uma fazenda e distribuição dos lotes de terra. Essa reforma agrária funcionava quando o modelo econômico era dominado pelas indústrias. E, portanto, os camponeses se integravam com a indústria e conseguiam sair da pobreza. Era a chamada reforma agrária clássica, que a maioria dos países industrializados fizeram. Agora, o capitalismo dominante é o do capital financeiro e das empresas transnacionais, também na agricultura, com o chamado agronegócio. Assim, eles conseguem aumentar o lucro e a produção sem os camponeses.

Na avaliação de Pizzeta (2012) a reforma agrária atual não pode prescindir do acesso ao conhecimento científico e à pesquisa, no sentido de se fundamentar em outra matriz produtiva, que englobe os avanços adquiridos pela humanidade e promova a preservação do meio ambiente e que não seja danosa à saúde do produtor e do consumidor. Leitura semelhante é desenvolvida por outra liderança do MST, Gilmar Mauro¹, para quem um novo modelo de reforma agrária e de processo produtivo deve aliviar as dificuldades do trabalho agrícola e, ao mesmo tempo, não ser nociva à população e ao ambiente.

¹ Cf.: entrevista ao autor, 15 maio 2013, São Paulo.

Nestas circunstâncias (e alicerçado numa leitura de descenso da luta de massas da classe trabalhadora), para superar a proposta de reforma agrária clássica, um dos desafios para o MST e movimentos camponeses estaria em comunicar um novo projeto,

(...) para fazer com que a sociedade perceba quais são as bandeiras que defendemos e quais são as propostas que estão em confronto: a da Reforma Agrária popular e a do Agronegócio [...] é preciso que a sociedade perceba que está em jogo o tipo de sociedade, de agricultura e de alimentos que queremos (PIZZETA, 2012).

Havendo, ainda conforme Pizzeta (2012), a necessidade de um avanço na questão da agroindústria, levando-a para as áreas de reforma agrária.

Isso possibilitaria um acúmulo de produção, de riqueza, daquilo que a agricultura pode gerar [...] não é só a questão da produção, de agregar valor para aquilo que se produz. É também um leque de possibilidades para que a população tenha melhores condições de vida no campo e uma perspectiva de ascenso social no meio rural.

Contudo, como questiona o coletivo Passa Palavra (2012a),

(...) esta “comunicação” com a sociedade refere-se apenas à escolha entre aqueles dois modelos de desenvolvimento propostos? Tal como ocorre nas eleições, caberia a essa “sociedade consumidora” optar por dois produtos na prateleira? Ou cabe às forças políticas e aos militantes de esquerda refletirem sobre as consequências de tais modelos, optando, inclusive, pelo desenvolvimento de formas alternativas, em vez de se assemelharem a torcedores numa partida de futebol?

Reforma agrária atualmente

Como visto, de acordo com o MST, com o atual modelo hegemônico do capitalismo no campo não cabe mais a implantação do projeto clássico de reforma agrária (de divisão das terras do latifúndio improdutivo entre os camponeses empobrecidos), pois se aprofundou a integração do latifúndio com as empresas transnacionais e com o capital financeiro (no que se denominou agronegócio), com o intuito de exportar matérias-primas e para a produção de energia, celulose e *commodities*². No entanto, o MST também reconhece que a reforma agrária não se resume a esse modelo clássico e a proposta defendida pelo Movimento, supostamente, pretende contrapor-se ao modelo hegemônico.

Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país (MST, 2007)³.

² Segundo João Pedro Stédile (2007), “o agronegócio é uma grande aliança entre as empresas transnacionais — que controlam os insumos, o mercado internacional e os preços dos produtos agrícolas — e os grandes proprietários capitalistas. Eles querem produzir apenas mercadorias que deem lucro e para o mercado externo”.

³ Algumas análises irão sustentar que tal perspectiva não corresponde à realidade contemporânea, pois o Brasil procederá nos moldes de um país hegemônico (e mesmo com traços neoimperiais) na África e em alguns países da América Latina (que se exerce notadamente na agropecuária), do mesmo modo que o MST acusa o imperialismo estrangeiro de atuar no país, sendo esta uma inadequação do discurso nacionalista a uma realidade transnacional do capital. Cf.: Passa Palavra (2012).

Modifica-se, portanto, a luta de classes no campo, somando-se ao antigo inimigo não derrotado novos oponentes.

Armando Boito Jr. (2012, p. 98) nos fornece uma definição mais rigorosa do agronegócio, como um setor mais amplo e heterogêneo, de poder e lucratividade bastante desigual, atuando antes, dentro e depois da porteira. “As funções ativas no agronegócio são a propriedade da terra, a produção agrícola ou pecuária, a comercialização do produto, a intermediação financeira e a própria indústria de processamento – um dos departamentos importantes da FIESP cuida do agronegócio”⁴.

A cultura política brasileira mantém aspectos históricos da relação entre terra e poder, sendo marcada por forte patrimonialismo, pela estreita relação entre propriedade da terra e poder político (MARTINS, 1993), que tem se aprofundado na década de governos do PT (CASTILHO, 2013), desvelando os pilares mais imediatos que operam e sustentam a dominação e que possui conexões com outros pilares, como a comunicação de massa e setores empresariais. A expansão do agronegócio, associado ao capital especulativo, aprofunda o processo de acumulação por espoliação⁵. Este processo é apoiado por recursos governamentais com vistas à produção de *commodities*, sejam minerais, agrícolas ou florestais. Cabe considerar que, num movimento dialético, esta situação tem como consequência o aprofundamento não apenas da expropriação capitalista, mas, igualmente, da resistência e das mobilizações de comunidades rurais e ditas tradicionais.

Diante desse quadro, Stédile (2012) considera que falta ao conjunto da sociedade um projeto claro de país, e que sem tal projeto não há possibilidades de um programa de governo efetivo de reforma agrária.

Agora, nós precisamos de um novo tipo de reforma agrária. Uma reforma agrária que comece na distribuição de terras, mas que organize cooperativas de produção para instalar agroindústrias nos assentamentos e no interior. Porque é isso que aumenta a renda e tira da pobreza. Uma reforma agrária que adote a matriz tecnológica da agroecologia, produzindo alimentos saudáveis, sem veneno e sem alterar o equilíbrio do meio ambiente. Uma reforma agrária que distribua educação. [...] Nós queremos uma reforma agrária popular, de outro tipo. [...] E seu desfecho vai depender de mudanças na correlação de forças em geral. Vai depender do ressurgimento do debate em torno de um necessário projeto popular para o Brasil (ibidem).

Mas a questão estaria na falta de um projeto nacional, ou o problema residiria no seu contrário? Os governos do PT (dos dois mandatos de Lula e o de Dilma) não teriam um projeto de

⁴ É importante também distinguir entre, por um lado, os grandes grupos econômicos que se inserem em todas as etapas do ciclo de valorização do capital e, por outro, as empresas e grupos familiares especializados em cada uma dessas funções.

⁵ Termo cunhado por David Harvey (2004), com o intuito de apreender a renovada dinâmica de acumulação primitiva, a partir da obra de Rosa Luxemburgo (1985).

desenvolvimento econômico nacional – para o qual o MST contribuiu nas eleições e continua a apoiar eleitoralmente e politicamente em diversos estados? Não seria a clareza deste projeto que permitiu ao capitalismo brasileiro resistir à crise econômica mundial e se desenvolver “como nunca antes na história deste país”⁶? Tal inadequação discursiva do MST seria o correspondente da readequação prática do Movimento?⁷

Cabe, no momento, considerar que a hegemonia do agronegócio deu visibilidade à corrente teórica do **paradigma do capitalismo agrário** em contraste com o **paradigma da questão agrária** (FERNANDES, 2010). O *paradigma do capitalismo agrário* defende a solução para a questão agrária através da integração dos “agricultores familiares” ao mercado⁸, via políticas públicas. Levou assim a uma compreensão linear e a um consenso em torno do desenvolvimento capitalista da agricultura, influenciando forças tanto à direita quanto à esquerda do espectro político, que enxergam na integração da “agricultura familiar” ao agronegócio a resolução do problema agrário no mercado capitalista.

Desse ponto de vista, a questão agrária tornou-se um problema inexistente, já que não tem solução na sociedade capitalista. Conforme essa visão, que predomina hoje inclusive no PT, não tem sentido procurar uma solução que não seja a partir da realidade capitalista (...) O novo discurso do PT, ameno, conciliador e desenvolvimentista, o apoio do governo Lula às políticas de ‘reforma agrária de mercado’ e a implantação de outros programas que visam incorporar a ‘agricultura familiar’ às estratégias do agronegócio dão mostra dessa guinada no interior do PT (ibidem, p. 189).

O MST não está imune à influência do paradigma do capitalismo agrário e no seu interior a contraposição entre modelos se faz presente. Essa perspectiva faz com que se entenda a luta pela terra como uma luta de renovação do capitalismo no campo, de reprodução de suas formas organizativas e relações sociais, mesmo que pela ótica da criação de cooperativas (sejam familiares ou agroecológicas) voltadas ao mercado capitalista.

Talvez possamos identificar aí um dos elementos do refluxo de uma perspectiva radical dos movimentos de luta pela terra. A transformação dos produtos agrícolas em *commodities* e ativos financeiros de fundos de investimentos (em 2012 chegaram a movimentar mais de US\$ 400 bilhões de dólares) e o surgimento de “traders” que controlam praticamente todo o mercado, seja na compra, no financiamento, na venda, no armazenamento, no transporte e/ou na especulação, teve

⁶ Remetemos o leitor a diversos artigos reunidos no especial **Nunca antes na história deste país**, no *site* Passa Palavra. Disponível em: <[http://passapalavra.info/?tag=nunca antes na historia deste país](http://passapalavra.info/?tag=nunca+antes+na+historia+deste+pais)>.

⁷ Veremos no capítulo três algumas interpretações do atual projeto político nacional de novo desenvolvimentismo, ao qual o MST e outras forças populares, em conjunto com parte da burguesia nacional, dariam sustento.

⁸ Esta corrente foi a responsável pela criação de conceitos eufemísticos, como “agricultura familiar” e “agricultura empresarial”, em substituição, respectivamente, a “agricultura camponesa” e “agricultura capitalista” (FERNANDES, 2010).

como resultado a proletarização (rural e urbana) dos pequenos agricultores e a sua perda de autonomia e subordinação às (poucas e) gigantescas organizações capitalistas.

Diante deste quadro, não pode ser desprezada a luta dos movimentos populares pela terra. Em onze anos (de 1992 a 2003), a área das propriedades familiares aumentou 37 milhões de hectares, sendo que foram desapropriados 25 milhões de hectares para fins de reforma agrária. Contudo, no mesmo período a área controlada por propriedades capitalistas teve aumento de 52 milhões de hectares (FERNANDES, 2010). A luta pela reforma agrária, desde a década de 1990, ainda que não tenha sido capaz de impor outro projeto agrícola para o país, tem sido responsável por diminuir a intensificação da concentração fundiária e a velocidade de territorialização do agronegócio. “O estudo da formação do MST nos sugere que, embora ele seja o movimento camponês mais bem organizado da história do Brasil, suas ações têm conseguido apenas mudanças conjunturais” (ibidem, p. 193). Sem essa batalha pela reforma agrária a expansão da área das propriedades capitalistas teria sido cinco vezes mais rápida do que a expansão da área das propriedades familiares, e com essa luta ela “apenas dobrou” (ibidem). Desse modo, “No Brasil, a reforma agrária não desconcentra terra. Ela só minimiza a intensidade da sua concentração. Esse é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI” (ibidem, p. 192). Sem conseguir realizar um questionamento prático do modelo capitalista vigente – ainda que sejam protagonistas de árduas lutas que conquistam algumas vitórias ao Estado – os movimentos sociais encontram-se a reboque do novo conteúdo da questão agrária no início do século 21.

Vivemos um tempo em que não apenas as lutas, mas também as palavras e seus conteúdos são recuperados e colocados de ponta cabeça, servindo para indicar o oposto do pretendido originalmente. A novela orwelliana ganha forma e a inversão do significado dos termos serve para tergiversar.

Uma das consequências da integração almejada entre pequenos produtores e agronegócio será acelerar a “emancipação” de assentamentos e a titulação de lotes para os assentados rurais, permitindo a colocação, por exemplo, de terras públicas no mercado sem impedimentos legais. Tais medidas foram acordadas num encontro histórico entre o presidente do Incra, Carlos Guedes, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e a presidente do Conselho Nacional de Agricultura, a senadora Kátia Abreu, e para surpresa da presidente da entidade representativa do agronegócio, o governo foi além do esperado⁹.

⁹ Cf.: O Incra no fio da navalha. 21 jan. 2013. **Repórter Brasil**. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/01/o-incra-no-fio-da-navalha/>>. Também o editorial do jornal *Estado de S. Paulo*, 05 jan. 2013, intitulado “Um novo Incra”, comemorou o que considerou uma mudança radical das prioridades do órgão, que teria feito uma “(...) opção pela integração dos pequenos agricultores ao agronegócio, algo que será benéfico para todos – menos, claro, para aqueles que lucram politicamente com a proliferação de sem-terra”, afirmou o Estadão.

Para Guedes, a titulação dos assentados e a emancipação dos assentamentos, além de ser um direito legal que permite ao titular depois de uma década dispor livremente do lote, também facilitará seu “(...) acesso a outras políticas públicas além das específicas da reforma agrária”, e no caso do assentamento, sua emancipação faz com que não seja mais responsabilidade do Incra, fazendo com que os assentados passem “(...) a ser agricultores familiares como os demais, podendo usufruir de todos os direitos do setor”¹⁰.

Esta concepção parece bem distante do horizonte almejado pelos movimentos sociais rurais, que, como o MST, percebiam nos assentamentos coletivos a contraposição à lógica da propriedade individual (como ocorreu com as Cooperativas de Produção Agropecuária). Para parte do corpo técnico do Incra, estas questões levarão à substituição de famílias assentadas por agricultores capitalizados e, como consequência,

Com a emancipação dos assentamentos ‘antigos’, perde-se a articulação que traz resultados maiores do que as qualidades da terra e das famílias, perde-se a liderança que orienta os investimentos grupais e puxa o apoio externo, e perde-se a visibilidade dos resultados positivos. Assim, sobrarão como assentados apenas aqueles que ajudam a ilustrar o discurso das ‘favelas rurais’, justificando o discurso de inoperância da reforma agrária¹¹.

Deste modo, pela via das políticas públicas é vendida a ideia de que os assentados poderão torna-se agricultores familiares com o direito de endividar-se e também de vender suas terras no mercado, fazendo com que as terras da União sejam transferidas para grandes propriedades, estimulando o processo concentrador, o que, não sem razão, deixou bastante satisfeita a representante política do agronegócio.

Reforma agrária atual

Foi dominante na esquerda a leitura de que sem a reforma agrária o país manter-se-ia na posição de subdesenvolvimento, porém, a própria realidade modificou essa situação. Nas décadas de 1970 em diante, acelerou-se um processo de integração e interdependência entre a indústria e o campo. Tanto os insumos industriais utilizados na agricultura aumentaram bastante, como também ocorreu o aumento dos produtos da agricultura consumidos pela indústria agrícola, o que está no cerne dos complexos industriais do eucalipto, cana-de-açúcar, soja, laranja, maçã etc. Tal situação, de integração indústria-campo-indústria, fez com que o país se desenvolvesse em diversos aspectos e levou ao aumento da produtividade, mesmo sem a realização da reforma agrária. Por isso, e ainda que a reivindicação de uma reforma agrária não se tenha extinguido, principalmente pelo poder de mobilização e pelas ações dos movimentos camponeses, notadamente do MST, a partir dos anos 2000 a reforma agrária vem cedendo espaço a outros temas e está já sendo reformulada e questionada no interior dos próprios movimentos rurais, como vimos anteriormente.

¹⁰ Cf.: O Incra no fio da navalha. 21 jan. 2013. **Repórter Brasil**. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/01/o-incra-no-fio-da-navalha/>>.

¹¹ Cf.: O Incra no fio da navalha. 21 jan. 2013. **Repórter Brasil**. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/01/o-incra-no-fio-da-navalha/>>.

A essa situação acrescenta-se que os movimentos mais eficazes de luta pela terra no país, na última década, têm sido os movimentos indígenas e o movimento quilombola (PASSA PALAVRA, 2012b). Em 2010, 57% do protagonismo da luta por terras foi levado adiante por populações “tradicionais” (isto é, posseiros, quilombolas, indígenas, pescadores, seringueiros, castanheiros etc.), sendo que 43% dessas lutas foram organizadas por sem-terras, assentados, atingidos por barragens, entre outros setores habituais na luta por reforma agrária (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2011). Estes dados revelam fatos que solicitam pensar a reforma agrária a partir de dois aspectos vinculados, do protagonismo no conflito de setores então pouco contemplados nessa luta, ou vistos de modo bastante marginal, como é o caso dos quilombolas e indígenas e, de igual modo, a relativa passagem para segundo plano dos sujeitos que tradicionalmente estavam à frente desta luta.

Essa mudança na conjuntura da reforma agrária é reconhecida no interior do MST, como nos disse Gilmar Mauro¹².

Veja, na década de 1995 em diante, até mesmo antes, nós [do MST] com muita força e ascenso, enfrentando o que havia de mais atrasado no campo brasileiro, que era o latifúndio improdutivo. Hoje, 2013, nós em descenso, com dificuldade e enfrentando o que é dito de mais moderno. Naquela década nós éramos o moderno frente ao atraso, então ganhava força [apoio] até de alguns setores da burguesia; hoje não, nós somos o atraso frente aos meios de comunicação e eles são os modernos. Num momento de crise enfrentamos o capital financeiro articulado com o agronegócio, os grandes meios de comunicação e não mais o latifúndio improdutivo, mas o que tem de mais, não diria moderno, mas com maior tecnologia e força nesse momento. A conjuntura de fato da luta pela reforma agrária objetiva é outra. Com isso não dá para dizer que não tenha erros de condução, erros de método, é um monte de coisas que se soma, mas essa realidade vivida tem, em grande medida, determinado o momento em que nós vivemos.

Como fruto das lutas sociais, por vezes pontuais e localizadas, os assentamentos não foram o resultado de uma luta generalizada por reforma agrária e tampouco de uma sólida política governamental.

O que veio se produzindo ao longo dos anos, isso sim, ainda que se possa questionar a sua eficácia, foi uma política para a reforma agrária, ou para os beneficiados por suas intervenções, mesmo que não lhes seja exclusiva, e que ganha corpo em programas e iniciativas focados na agricultura familiar. A questão que fica, portanto, é se ainda há espaço hoje para a reforma agrária (GRYNSZPAN, 2011).

Por um lado, apesar dos avanços conquistados pelas lutas dos movimentos sociais do campo, notadamente o MST e, por outro lado, apesar do crescimento econômico e das empresas do agronegócio, bem como dos programas governamentais de assistência, o país continua com uma dívida secular com o meio rural, no que não difere de outros países do semicontinente latino. No campo — em comparação com o meio urbano — continuam os maiores índices de desigualdade, os mais baixos níveis de escolaridade, as carências em atendimentos básicos como saúde, saneamento, cultura, direitos, o que também demonstra a atualidade das lutas. Como reconhece Stédile (2013, p. 11),

¹² Cf.: entrevista ao autor, 15 maio 2013, São Paulo.

Com o advento do neoliberalismo, a derrota político-eleitoral de 1989, e a consolidação do modelo de dominação do capital no campo como agronegócio, a reforma agrária clássica foi derrotada. Mas isso não quer dizer que se resolveram os problemas agrários, do ponto de vista da classe trabalhadora.

Longe de essa situação permanecer por falta de desenvolvimento e modernização no campo, para Grzybowski (2013), ela se deve exatamente ao “sucesso” do modelo de desenvolvimento modernizador, que reproduz em escala ampliada a exclusão já existente no meio rural. De acordo com a dirigente do MST Kelly Manfort, “por esta lógica — do capital — atualmente não haveria mais uma questão agrária em aberto, a reforma agrária foi realizada, não como gostaríamos, mas às avessas, pelo capital”¹³. O que não significa o abandono, por parte do MST, da luta por uma reforma agrária alternativa.

Por esses fatores é que para Gilmar Mauro¹⁴, da direção do MST, a reforma agrária não se limita mais à distribuição de terras:

Nós precisamos repensar a questão agrária na atualidade, e repensar significa fazer um debate teórico sobre o que é a questão agrária brasileira. Tem gente dentro da esquerda que diz que bom que tem o agronegócio, o problema é que ele não está na nossa mão, tem muita gente marxista que defende isso, um pouco aquela tese do desenvolvimento das forças produtivas. No geral a reforma agrária no caso brasileiro vai ter que discutir a utilização da terra, solo, água, minerais, recursos naturais em geral, se for continuar a forma que está, não precisa mais. E se for para permanecer com o tipo de comida que temos, também não precisa. E se for para continuar com o mesmo tipo de paradigma tecnológico em termos de produção, não precisa muita mudança. Então eu diria que para nós a reforma agrária está vinculada com um debate político junto ao conjunto da classe trabalhadora e não tem outra alternativa, nós sozinhos não temos força para repor o tema em debate, não temos força. Lógico que quando digo que não precisa mais de reforma agrária é de modo simbólico, o caso é que não se trata mais apenas de distribuição de terras (...) se impõe a terra e os meios de produção.

Portanto, se mantivermos o olhar nos impactos da “modernização conservadora” sob a perspectiva da classe trabalhadora, perceber-se-á que a questão agrária continua sem solução e, portanto, como legítima a sua luta. A concentração e o desenvolvimento capitalista no campo continuam produzindo efeitos negativos nas condições de vida dos trabalhadores, na distribuição de renda e riquezas no país e, ainda, criam fortes impactos no manejo ecológico do meio ambiente e na produção de alimentos.

Mas o projeto de reforma agrária, ligado estreitamente ao mercado e ao Estado, não coloca novamente o MST no fio da navalha? Trabalhamos com essa hipótese na medida em que o Movimento se vê obrigado a conjugar suas tendências anticapitalistas e autônomas, a crítica à

¹³ Cf. entrevista ao autor, 10/11/2009, na chegada da marcha Campinas-São Paulo.

¹⁴ Cf.: entrevista ao autor, 15 maio 2013, São Paulo.

propriedade privada e a defesa de formas alternativas e coletivas de organização, com a integração no mercado capitalista por meio de políticas de governo e pelo braço gestorial do Estado.

Claro que esses não são desafios apenas para o MST, como pontua Eliel Machado (2009b, p. 40):

Os movimentos populares que se autodenominam socialistas e anticapitalistas vivem um grande dilema, crucial para a sua própria sobrevivência política: organizar a produção em bases coletivas e, ao mesmo tempo, produzir para o mercado capitalista. Pode-se contra-argumentar que, a despeito disso, a produção está sob controle dos trabalhadores. Mas, não é o mercado capitalista quem define o preço de suas mercadorias? Não os submete à sua lógica?

Não residiria aí, portanto, uma relação capaz de cair em uma contradição que estagna e sufoca um dos polos? Quais as tendências de ruptura com o capitalismo contidas nessa proposta, segundo os objetivos apresentados pelo Movimento no ato de sua criação e reafirmado em outros momentos? Não custa lembrar uma vez mais a palavra de ordem adotada no I Encontro Nacional do MST, **“Lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo”**. **“Lutar pela Reforma Agrária Já”**, sendo que **“o acesso à terra deve ser através da pressão e da luta”** (MST, 1984).

Relação PT-MST-PT'

Um aspecto importante a ser salientado na análise é a distinção entre o aparelho do Estado¹⁵ como estrutura (que tem uma permanência na escala temporal de longa duração), e os governos (seja do PT, PSDB etc.), apreensíveis enquanto conjunturas. Nicos Poulantzas (1985) é um dos autores que demonstra que o Estado se constitui como condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classes, não sendo um árbitro neutro (como pretende a teoria liberal) e nem tampouco reduzido simplesmente ao comitê executivo dos negócios da burguesia (como fazem determinadas leituras marxistas). A importância dessa forma de análise reside, entre outras coisas, na explicitação das correlações de forças políticas, sociais e econômicas para a definição de conteúdos concretos das práticas das instituições estatais. Tal perspectiva demonstra que os governos não são blocos homogêneos e sem fissuras, mas que são atravessados – em maior ou menor medida – pelas contradições e conflitos presentes na sociedade. Mas isso não significa que o Estado perca sua característica heterônoma, qual seja, impor (por exemplo, formas de organização) de cima para baixo e de fora para dentro. Desta maneira, podem ocorrer situações mais vulneráveis a serem aproveitadas pela classe trabalhadora organizada, como na implementação de leis e determinados direitos, na utilização de recursos públicos etc. É importante perceber que esta análise não se limita, concretamente, aos governos do PT, sendo igualmente válida para os governos de outros partidos, como o PSDB. Deve-se destacar a capacidade de influência e de pressão das forças de esquerda e dos movimentos sociais em todos esses governos, e não só o fato de compor ou poder sentar à mesa de negociação deste ou daquele governo. Qual a capacidade de

¹⁵ Utilizamos a distinção entre Estado Amplo e Estado Restrito partindo da análise de João Bernardo (2004), que opõe o conceito de Estado Restrito enquanto aparelho político jurídico, isto é, governo, parlamento e tribunais, ao Estado Amplo, que abarca todas as formas organizadas do poder das classes dominantes, incluindo os principais lugares de exercício do poder dos capitalistas sobre os trabalhadores (e da resistência destes). Ou seja, as empresas, para além de sua importância econômica, incidem no tecido social e condicionam, praticamente, a totalidade da vida da população.

ingerência ou influxo do MST nas políticas governamentais do PT, e qual a força de pressão que existia nos governos passados?

Os canais institucionais estatais podem seguramente promover determinados avanços para a classe trabalhadora, evitar certos retrocessos, permitir margens de manobra, mas também encerram riscos e armadilhas de enquadramento, recuperação e neutralização das lutas¹⁶.

Não obstante os governos do PT não terem realizado uma das principais bandeiras do MST, a reforma agrária, Stédile apoiará aberta e publicamente as duas candidaturas de Lula e, também, a de Dilma, usando argumentos de que poderão ocorrer avanços no campo social, até a oposição ao “mal maior” que seria a vitória dos candidatos do PSDB¹⁷. Este último critério, de acordo com Gonçalves (2006), influi na queda drástica do número de confrontos e de ocupações do Movimento, de 2003 para 2005, o que, segundo a pesquisadora, se deve ao temor de que a pressão social desgastaria a imagem do governo Lula e de que isso acarretaria (ou ao menos auxiliaria) a vitória do candidato do PSDB.

É inegável que os vínculos históricos entre o MST e o PT, e entre o Movimento e Lula, tiveram um peso importante na comoção entre os sem terra que se seguiu à eleição do presidente ex-operário, e sustentam também a relação com a presidente ex-guerrilheira¹⁸. Por vezes, muitos dos ativistas eram (são) membros tanto do MST quanto do PT, e não é incomum que em diversas regiões o Movimento participasse de forma aberta e direta das campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores, e mesmo que membros do MST concorressem como candidatos do PT a algum cargo eletivo e, ainda, que ex-ativistas do MST ocupassem postos relevantes na administração pública ao longo do governo Lula.

Ainda que o ideário do Partido no tocante à questão agrária tenha mudado radicalmente (SILVA, 2012), suprimindo críticas históricas ao latifúndio e à alta concentração da estrutura agrária, é compreensível o otimismo coletivo inicial que parece ter tomado conta das bases e também de militantes e de direções do MST¹⁹.

¹⁶ Miliband (1970) alertava para o fato de que os partidos revolucionários enfrentavam um grande problema ao fazerem parte dos trabalhos legislativos e auxiliarem nas tarefas de governo. Porque, mesmo com relutância, ao ingressarem na arena parlamentar são obrigados a realizar um determinado jogo político do qual as regras não são escolhidas por eles. Com as devidas proporções, ocorre processo semelhante com a gestão de políticas públicas e composição em conselhos e Ministérios, ainda que, tanto no caso dos partidos revolucionários, como dos movimentos sociais, eles podem considerar que o preço a pagar seja compensador. É certo que diversas vertentes teóricas de esquerda propugnam a rejeição da participação no Estado e no parlamento burguês, notadamente correntes anarquistas, mas também marxistas heterodoxos como os conselhistas Korsch e Pannekoek (2011). No caso concreto brasileiro, o MST (e a quase totalidade dos movimentos sociais) optarem pela negação total ou pela participação irrestrita junto ao Estado parece ser, atualmente, uma falsa polêmica do ponto de vista da transformação social mais radical, o que não diminui a importância em se considerar os graus e as formas de participação.

¹⁷ Cf.: STÉDILE: Dilma permitirá avançarmos mais em conquistas sociais. **Correio Vermelho**, 17 ago. 2010. Disponível em: < http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=1&id_noticia=135240>; e Cf.: JOSÉ Serra é derrota para trabalhadores. **Brasil de Fato**, 05 out. 2010. Disponível em: <<http://www.brasiledefato.com.br/node/3333>>.

¹⁸ Mauro Iasi (2006) irá vincular a história do MST diretamente à do PT e da CUT, principalmente em torno do projeto político do Programa Democrático e Popular. Tal vínculo também fica nítido nas inúmeras histórias de integrantes mais velhos do MST, que contam como militavam também (ou mesmo antes de entrar para o Movimento) no PT, chegando a desenvolver diversas formas de financiar as eleições do Partido, como recolher latas de alumínio na rua.

¹⁹ André Singer (2012) irá se referir às “duas almas” do PT, a do colégio Sion (onde o partido foi fundado em 1980), mais radical e socialista, e a do “Anhembí”, emergente do Congresso realizado neste local às vésperas da eleição de 2002, que coroa a hegemonia do campo Majoritário, de conciliação de classes, discurso moderado e aproximação aos representantes do capital. Para Machado (2009, p. 26), já nas eleições de 1994 (apesar da derrota para FHC), estava sepultada, pelo próprio PT, a guerra ideológica de 1989, entre esquerda e direita. Para uma leitura pormenorizada da história do PT, cf.: Secco (2011).

Com o início do governo Lula, o conjunto dos atores sociais do campo depositou suas esperanças na reversão da implementação do mercado de terras. A expectativa era de que a reforma agrária estaria no centro da agenda política, como forma importante de geração de empregos, de garantia da soberania alimentar e como base de um novo modelo de desenvolvimento (RESENDE; MENDONÇA, 2004, p. 76).

Plínio de Arruda Sampaio²⁰, no início do governo Lula, acreditava que, mesmo que o governo não fosse revolucionário, pelo menos haveria espaço para disputa e divisões, em que a classe trabalhadora teria atendida parcela considerável de suas reivindicações (LERRER, 2003).

Num tom mais crítico, diz Gilmar Mauro²¹:

Entra o Lula em 2002, mas com a classe trabalhadora já em descenso. Evidentemente há uma ilusão muito grande na classe trabalhadora, de que ao eleger o Lula as coisas fossem mudar. (...) havia toda uma expectativa muito equivocada, eu nunca me iludi com isso, de achar que com a eleição um monte de questões ia ser resolvido. Eu acho que a esquerda para se eximir de suas responsabilidades de organizar a classe trabalhadora atribui tudo aos outros.

Mas, em julho de 2003, quando Lula recebeu uma comitiva do MST no palácio presidencial e colocou o boné do Movimento na cabeça, João Pedro Stédile, em entrevista a uma revista inglesa declarava:

“Eles [os proprietários rurais] perderam as eleições, mas acharam que fosse só um joguinho, que poderiam continuar fazendo o que quiserem para proteger seus privilégios. E agora eles estão percebendo que a reforma agrária é pra valer” (apud BRANFORD, 2010, p. 418).

Ledo engano, algum tempo depois o próprio Lula chamaria os grandes produtores rurais de “heróis nacionais e mundiais”²². Como sublinha Bernardo Mançano Fernandes (2010, p. 189), o PT, ao menos desde a campanha presidencial de 2002, já era tributário do “paradigma do capitalismo agrário”, e da

[...] idéia de que o problema agrário pode ser resolvido pelo mercado, pela integração ao capital e com políticas públicas determinadas e dirigidas pelo Estado [...] Desse ponto de vista, a questão agrária tornou-se um problema inexistente, já que não tem solução na sociedade capitalista. Conforme essa visão, que predomina hoje inclusive no PT, não tem sentido procurar uma solução que não seja a partir da realidade capitalista.

Apesar do discurso ameno e conciliador do PT, que contrastava com o otimismo apresentado por diversos setores do campo popular que apostava na radicalidade desse governo, não podemos esquecer que o MST não deixou de pressionar e combater durante o governo Lula. O que,

²⁰ Intelectual bastante vinculado ao MST e uma das figuras políticas mais proeminentes do PSOL, partido construído a partir de uma cisão do PT. Foi responsável por comandar a construção do II Plano Nacional de Reforma Agrária, no primeiro mandato de Lula.

²¹ Cf.: entrevista ao autor, 15 maio 2013, São Paulo.

²² “Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool”. Cf.: PRESIDENTE Lula chama usineiros de heróis. Folha de S. Paulo, 20 mar. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foilha/brasil/ult96u90477.shtml>>.

num primeiro momento, põe em suspenso as críticas intelectuais que apontam acomodamento e perda de autonomia do Movimento a partir desse governo. Temos que admitir que a situação é mais complexa do que a simples cooptação do Movimento pela eleição de Lula e do PT ao governo federal.

Ocorreu um aumento exponencial de ocupações e conflitos agrários logo no primeiro ano de Lula²³, que pode ser compreendido, em parte, pela esperança dos trabalhadores rurais sem terra de que, enfim, a reforma agrária se concretizaria. No ano seguinte as ocupações de terra atingirão números ainda maiores, chegando próximo ao recorde de ocupações de 1999²⁴.

Também no campo das mobilizações para pressionar o Estado, o MST se fez presente. Em maio de 2005, durante 16 dias, 12.000 sem terras, homens, mulheres e crianças, de várias partes do país marcharam até Brasília para exigir o cumprimento imediato da reforma agrária. Nos anos seguintes, ocorreram diversas marchas estaduais, como a de Campinas-São Paulo (SP) em 2009 – da qual participamos integralmente²⁵ –, de Feira de Santana-Salvador (BA) e Itajaí-Florianópolis (SC) em 2010. Igualmente sucederam diversas ocupações de prédios públicos, como das representações estaduais do INCRA, e diversas reuniões e negociações com ministérios e órgãos do governo federal. Do mesmo modo, no campo simbólico as críticas às políticas de cunho neoliberal permaneceram.

Ora, se as duas formas principais de manifestação política da luta pela reforma agrária (a ocupação da terra e as mobilizações para pressionar o Estado) estiveram presentes de forma vigorosa durante os mandatos de Lula, a que podemos imputar uma perda relativa de autonomia e certa crise do Movimento Sem Terra a partir deste governo? Ela de fato existiria? Em caso afirmativo, no que consistiria? Seriam os indicadores de pressão popular que deveriam ser readequados pelos analistas²⁶?

Vem de dentro do Movimento, conforme afirmação de um de seus principais dirigentes, a constatação de que o MST não apenas não acumulou forças no governo Lula, mas que de modo geral se enfraqueceu.

[...] está enfraquecido pela própria lógica do Estado burguês do governo Lula, um governo que efetivamente criou uma série de problemas para os movimentos sociais. Nós não acumulamos no governo Lula, muito pelo contrário, nós nos enfraquecemos em geral. (MAURO, 2008, p. 100).

A relação do MST com o governo Lula e o PT revelou-se bastante ambígua com a chegada deste ao poder federal que, convém não esquecer, não promoveu a tão esperada reforma

²³ As ocupações saltaram de 45.537 (2001) e 40.966 (2002) para 93.083 (2003), conforme dados do DATALUTA. De igual maneira, no mesmo ano de 2003, conforme dados da CPT, 124.634 famílias, envolvendo 623.170 pessoas, promoveram a maior onda de mobilização por terra até então.

²⁴ Quando ocorreram 118.620 ocupações, em comparação em 2004 foram 118.225 ocupações. A expressiva baixa quando comparada ao ano seguinte, ainda que beirando os índices de 1996, com 73.283 ocupações (número bem superior a casa dos 40 mil de 2001 e 2002), pode ser explicada, em termos, pelo aumento do número de assentamentos rurais.

²⁵ Para acompanhar um relato mais ensaístico desta marcha, na forma de um diário, cf.: Diário da Marcha do MST-SP. **Passa Palavra**. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=9406>>.

²⁶ Talvez um elemento importante a ser notado é que, de forma geral, as ocupações do INCRA nos governos do PT foram, no mínimo, facilitadas pelos funcionários do órgão, chegando-se ao ponto, em uma ocupação que presenciamos, de os funcionários simplesmente abrirem o portão e retirarem-se sem maiores contratempos.

agrária. Mas, justiça seja feita, esta não é uma característica apenas da relação do MST com o PT. De forma geral este é um elemento que permeará boa parte das forças progressistas no país.

O Movimento demorou a fazer críticas abertas ao governo e, sobretudo, a Lula. Por exemplo, o V Congresso do MST que deveria ocorrer em 2005 foi adiado pela sua direção para 2008 a fim de avaliar melhor a posição frente ao governo. Tal episódio se repete com o governo Dilma, no exato momento em que o movimento sofreu importantes fraturas internas e críticas ao seu atrelamento governamental²⁷, sendo adiado o VI Congresso de 2012 para 2013, e novamente adiado para 2014²⁸.

Isabel Loureiro (2008) menciona o episódio em que 43 movimentos sociais brasileiros, encabeçados pelo MST, lançaram a “Carta ao Povo Brasileiro” (mesmo título do documento eleitoral do PT em 2002, no qual fazia concessões ao capital), em que denunciavam uma suposta tentativa de golpe, por parte das elites, em decorrência das denúncias de corrupção no governo “popular” de Lula com o chamado “mensalão”. Nessa carta, os movimentos também propunham que o governo adotasse uma série de medidas de corte. Para Loureiro, isso daria a noção do “caráter esquizofrênico do MST (ou pelo menos de suas lideranças)”. Ela interroga, ironicamente, se essa “total falta de lógica” seria “excesso de dialética?”, na medida em que, segundo o MST, o governo Lula seria e não seria ao mesmo tempo de esquerda.

Luciana Henrique da Silva (2012) indica que os laços que ligam as duas organizações ainda parecem ser bem estreitos, não tendo esmorecido ao longo das décadas, uma vez que nos Cadernos de Formação do MST (de 1998 e 2004) mantém-se a crença de que o PT continua com um compromisso histórico com a reforma agrária.

Devemos ter o cuidado de não tratar o governo federal como se fosse inimigo. **Nossa avaliação é de que é um governo em disputa, que tem um compromisso histórico com a reforma agrária** e por tanto (sic) devemos pressioná-lo para que acelere a reforma agrária. Nisso, o Plano Nacional de Reforma Agrária jogará um papel importante para unificar o governo também. Isso significa que vamos criticá-lo quando erra, mas que vamos apoiar em tudo o que fortalecer avanços para a reforma agrária (Direção Nacional, 2004, p. 25 apud SILVA, 2012, p. 6 – grifos nossos).

Portanto, entre as leituras dessa situação (provenientes inclusive de setores do MST, de partidos políticos e intelectuais alinhados ao governo), há a de que este era, ou é, um governo em disputa, o que pode ser explicitado pela composição de seus ministérios e pelo discurso oficial, que

²⁷ Cf.: Carta de Saída de nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas, disponível em: <http://passapalavra.info/2011/11/48866>.

²⁸ Vale também considerar que no início de dezembro de 2011 foi fundada, na Escola Nacional Florestan Fernandes do MST, a nova tendência nacional Esquerda Popular Socialista do PT, que se declara fortemente vinculada com os movimentos sociais. Cf.: Esquerda popular e socialista é a nova tendência nacional do PT. PT, 06 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.pt-sp.org.br/noticia/p/?id=7816>>.

parece buscar a convivência de projetos contraditórios para o desenvolvimento rural²⁹. Essa interpretação se sustentaria no fato de o MST estar, de alguma forma, representado no governo, na medida em que alguns de seus quadros (também militantes do PT), assumiram cargos e funções políticas, mesmo que em escalões inferiores do governo. Outra perspectiva que coaduna com certo tipo de participação do MST no governo é apresentada por Armando Boito Jr (2012), para quem, apesar das divergências internas na composição da “frente neodesenvolvimentista”, os distintos setores (como MST, CUT e Força Sindical de um lado, e FIESP de outro) se uniriam num mesmo campo político em torno do governo para garantir sua continuidade em oposição ao que consideram o setor mais conservador e representante das políticas neoliberais. Contudo, Boito Jr., destaca que nem o setor popular rural é unívoco e, mesmo dentro do MST há uma divisão, na qual uma fração da sua base social, o setor dos camponeses assentados, tem tido parte de seus interesses contemplados com o aumento do crédito agrícola, enquanto a outra fração, o camponês pobre sem-terra tem sido abandonado pelas políticas governamentais, ficando a questão de até quando esta fração fará parte da frente neodesenvolvimentista. Como aponta Luciana Henrique da Silva (2012), essa situação fará com que ocorra uma divisão de linhas políticas no interior do MST, com uma tendência favorável à permanência no campo político do governo e outra que entende a necessidade de aprofundar a crítica e romper o governismo.

Para Stédile (2012)³⁰,

A formulação que os movimentos sociais fazemos, entre eles o MST, a Via Campesina, é de que os governos Lula e Dilma são fruto de uma frente política de classes da sociedade brasileira. Dela participam desde a grande burguesia até os mais pobres. E isso dá estabilidade e popularidade ao governo, porém o mantém como governo de composição de classes, com decisões heterogêneas e, às vezes, até contraditórias, ora beneficiam a burguesia, ora os trabalhadores, ora os mais pobres. No plano econômico, o próprio governo tem se autodefinido como neodesenvolvimentista. É uma alternativa importante ao projeto tucano e do imperialismo, o neoliberalismo. O neodesenvolvimentismo procura desenvolver políticas que gerem crescimento econômico e distribuição de renda. Isso é importante, porém insuficiente.

Alexandre Conceição³¹, da coordenação nacional do MST, na mesma linha explicativa de Stédile que caracteriza o governo como nem de esquerda nem de direita, afirma que

O governo Lula e Dilma não são governos do PT nem de esquerda. São governos de uma frente política de classes que reúne um amplo leque de classes sociais brasileiras. Desde a grande burguesia, o agronegócio, a classe média, a classe trabalhadora, os camponeses e os mais pobres. Essa natureza de composição dá

²⁹ Diz Hamilton Pereira (2010, p. 483) (ex-assessor do Ministério do Meio Ambiente no governo Lula, ex-presidente da Fundação Perseu Abramo, ex-coordenador da Secretária Agrária do PT, assessor da CPT): “A amplitude da frente política que oferece sustentação ao governo Lula restringe as possibilidades de democratizar a estrutura fundiária do Brasil [...] Há, entretanto, na base social que sustenta o governo Lula, forças políticas que se situam a partir de interesses e perspectivas diferentes daquelas defendidas pelo agronegócio”. Tal disputa se traduziria, por exemplo, na existência de dois ministérios ligados ao meio rural, o da agricultura e o do desenvolvimento agrário, tendo, contudo, peso político e orçamentos bem distintos, o que refletiria a composição de forças desse governo de coalizão.

³⁰ Cf.: Dilma se aproxima dos Sem Terra com Stédile, do MST. **247**, 31 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/92316/>>.

³¹ Cf.: Por que a desapropriação de terras está parada no governo Dilma. **MST**, 06 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/por-que-desapropriacao-de-terras-esta-parada-no-governo-dilma>>.

estabilidade política ao governo e amplas margens de apoio na opinião pública, mas impede reformas estruturais, que afetariam os interesses das classes privilegiadas.

No entanto, para os militantes que saíram do MST já no decorrer do segundo governo Lula,

Para nós, este é um governo Democrático e Popular. Não da forma idealizada como querem alguns, mas com as concessões necessárias para uma ampla aliança. O PDP [Projeto Democrático Popular] deu nisto. Nesse sentido, nossas organizações foram vitoriosas quanto ao que se propuseram. E nós contribuímos com este processo, no entanto hoje percebemos que esta estratégia não leva ao Socialismo, ao contrário, transforma as organizações da classe em colaboradoras da expansão e acumulação do capital. O que se apresenta como uma vitória para nossas organizações, na perspectiva da luta de classe, é uma derrota. (...) Esse alinhamento político não ocorre sem conseqüências: operam-se mudanças decisivas nas formas organizativas e no plano de lutas das organizações, na formação da consciência de seus militantes e na postura que a organização tomará no momento de ascenso. Neste momento, as “forças acumuladas” não atuarão na perspectiva de ruptura. (CARTA... 2009).

Outra explicação (ou melhor, outra ponta que nos permite apreender esta complexa situação), que justificaria certa ambiguidade do MST é apresentada por Brancalone e Chaguaceda (2010)³², e estaria baseada no fato de o governo investir muitos recursos nos assentamentos existentes, com créditos, financiamentos e políticas públicas, forçando o movimento a passar por um período de consolidação de suas experiências de produção e organização a fim de garantir a viabilidade de seu projeto de reforma agrária. Esta argumentação ganha força, por exemplo, quando verificamos o financiamento do BNDES às cooperativas do Movimento a fundo perdido.

Em 2009, o Banco estreitou seu contato com movimentos sociais nas áreas da produção agropecuária e ambiental. Nesse sentido, estabeleceu-se diálogo para o apoio aos cooperados e trabalhadores sem terra – o que tem sido feito em parceria com o Banco do Brasil por meio da sua estratégia negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) e da Fundação Banco do Brasil (FBB) (BNDES, 2010, p. 20).

Além disso, no governo Lula (e que prossegue no governo Dilma) houve um aporte financeiro e logístico muito maior aos assentamentos.

Num interessante estudo, Valdemar Junior e Catia Grisa (2012) trazem uma reflexão sobre os 10 anos do Plano Safra para a agricultura familiar. Neste, verifica-se que no Plano Safra 2012/2013 foram disponibilizados R\$ 22,3 bilhões para as políticas de crédito rural (como o Pronaf), de comercialização (o PAA e o PNAE), de assistência técnica (PNATER), de combate à pobreza no campo (Brasil Sem Miséria), de garantia de preços (PGPAF e PGPM), de seguro da produção (SEAF e Programa Garantia Safra). Ainda que, no conjunto destas políticas públicas, a

³² Os autores ainda chamam a atenção para o curioso fato de o MST dirigir suas críticas ao governo, preservando, contudo, a imagem de Lula, como se os dois fossem coisas distintas e separadas, e questionam se isto refletiria os compromissos entre a direção do MST com seus quadros que compõem o governo ou com a figura de Lula.

maior parte seja destinada ao Pronaf, R\$ 18 bilhões. Ao longo de uma década tem sido uma constante o aumento de recursos para o Pronaf, que quadruplicou-se entre as safras de 2002/2003 e 2006/2007, subindo a dez bilhões de reais, e, em relação ao último plano bienal, houve um aumento de 12,5% e quando comparado ao Plano de 2003/04 (que disponibilizou R\$ 5,4 bilhões) o valor atual é mais que três vezes superior³³.

Entretanto, quaisquer desses indicadores devem ser cotejados com a valorização, no mesmo período, da agricultura empresarial em sete vezes mais que a agricultura camponesa e familiar: R\$ 231,5 bilhões de reais para o agronegócio e R\$ 32,8 bilhões para a agricultura familiar nas safras de 2003/2004 a 2007/2008 (CARTER; CARVALHO, 2010, p. 297).

Seria esse aumento das verbas para os projetos voltados aos assentamentos um sinal de “cooptação”? Ou mostraria a qualidade política do movimento em negociar melhores condições para os seus territórios mantendo, porém, sua autonomia política? Apenas o indicador de aumento de recursos seria suficiente para tirarmos esta conclusão³⁴?

Não obstante, o MST tem insistido que esses programas são limitados, sendo apenas um crédito para o pequeno agricultor já estabilizado e integrado ao mercado. De fato, o Pronaf, ao longo de uma década de governo do PT, passou a apoiar com volume crescente de recursos as grandes cooperativas. No tocante às famílias assentadas, estima-se que das 800 mil, apenas cerca de 50 mil famílias têm acesso ao Pronaf, e, mesmo assim, ainda ficam endividadas³⁵. Por isso, na avaliação do Movimento, é urgente uma nova forma de apoio ao crédito às famílias assentadas. Nesse sentido, a Direção Nacional do MST entregou uma carta à presidente Dilma (em fevereiro de 2013), que, entre outras coisas, reivindicava uma política de crédito específica para as famílias assentada e deixava claro que “O Pronaf não atende as necessidades dos trabalhadores assentados”³⁶.

Então, se o principal programa governamental (em volumes de recursos) para a agricultura familiar não atende, conforme o MST, as necessidades dos assentados, que tipo de

³³ Também constatam que “Ampliou-se o limite de financiamento para algumas linhas do Pronaf, como Agroindústria, Floresta, Jovem, Semiárido e Eco; a renda máxima para enquadramento no PRONAF passou para R\$ 160 mil ao passo que no primeiro Plano Safra era de R\$ 60 mil, e a renda bruta máxima de enquadramento no Grupo B foi elevada para R\$ 10 mil, cinco vezes àquela observada em 2003. Paralelamente ampliou-se o limite do patrimônio líquido das cooperativas para fins de enquadramento, saindo de R\$ 3 milhões em 2003 para R\$ 150 milhões na safra 2012/13. O volume de recursos disponibilizados também apresentou grande acréscimo, alcançando atualmente R\$ 30 milhões por cooperativa, enquanto que em 2003/04 o máximo permitido era de R\$ 720 mil (aumento em 40 vezes)” (JUNIOR; GRISA, 2012).

³⁴ A ditadura militar-civil também se valeu do duplo caráter das políticas governamentais (de repressão e assimilação). Por um lado, havia a repressão (acentuada após a extinção da Guerrilha do Araguaia) e, por outro lado, a liberação de créditos através de uma série de programas voltados à produção no campo (PIN, PROTERRA etc.), bem como a extensão de alguns benefícios sociais aos trabalhadores rurais. (RUA; ABRAMOVAY, Unesco, 2000).

³⁵ Esta situação, para Mançano Fernandes (2013b, p. 198), está atrelada à subalternidade ao mercado capitalista e associada à falta de políticas suficientes de desenvolvimento para os agricultores, para além do Pronera, do PAA e do Pronaf (sendo que este tem contribuído para o endividamento das famílias assentadas). É necessário “Qualificar e ampliar as políticas públicas, além de criar novas, são ações necessárias para uma reforma agrária ampla”.

³⁶ Cf.: MST entrega carta a Dilma com cobrança de desapropriações e Reforma Agrária. **MST**, 04 fev. 2013. Disponível em: <<http://mst.org.br/content/MST-entrega-carta-a-Dilma-com-cobranca-de-desapropriacoes-reforma-agraria>>.

produção o Pronaf estaria custeando e que tipo de agricultor estaria fomentando? Mais da metade do custeio agrícola, de 2003 a 2011, foi destinado a dois produtos: milho e soja. Caso se agregue o café, estes produtos responderiam até a 70% dos valores totais liberados pelo Pronaf (JUNIOR; GRISA, 2012). Além disso, na comparação dos períodos de 2003 com 2012, de acordo com o Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central, “o número de operações de custeio de arroz com agricultores familiares declinou de 34.405 para 7.790 (-77.4%). No caso do feijão, o número de contratos de custeio pelo Pronaf reduziu de 57.042 para 10.869 (-81%). Os contratos para o custeio da mandioca caíram de 65.396 para 20.371 (-69%), e para o custeio de milho declinaram de 301.741 para 170.404 (-44%)”. Estes dados, considerando ainda o aumento constante nos recursos do Pronaf, esclarecem algumas das características do tipo de agricultor familiar que o tem acessado: “(...) não raro diz respeito a um agricultor familiar mais capitalizado, localizado no Sul do Brasil e produtor de commodities agrícolas” (JUNIOR; GRISA, 2012). É esta a categoria social que o governo tem fortalecido com sua principal política pública para a agricultura familiar.

Contudo, ainda existem outras políticas públicas para o meio rural, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e o Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), ainda que disponham de recursos bem mais modestos. Para o PAA foi disponibilizado R\$ 1,1 bilhão, para o PNAE, valor praticamente semelhante, R\$ 1,2 bilhão e para o ATER R\$ 542 milhões (diante de R\$ 40 milhões em 2003), e os recursos destinados ao Pronera e suas parcerias com universidade e escolas técnicas públicas passaram de uma média anual de dez milhões de reais em 2003 a uma média de R\$ 35, 4 milhões nos quatro anos seguintes. Percebe-se um aumento significativo nos recursos destinados a todos os programas de políticas públicas, e alguns, como o PAA³⁷, são apontados como um avanço significativo em políticas para a agricultura familiar, sobretudo pelo caráter de compra antecipada de alimentos e a obrigação de cada prefeitura a adquirir no mínimo 30% dos alimentos para a merenda escolar de agricultores familiares. Através deles, o pequeno agricultor consegue escoar a sua produção, como de limão, laranja etc., garantindo um nível de renda para o seu produto.

Porém, os problemas de acesso aos programas se repetem, com as restrições impostas pela forma burocrática de editais, concorrências e falta de vontade política por parte de prefeituras e governantes. Portanto, apesar da melhora econômica nas gestões de Lula/Dilma em relação aos

³⁷ Este programa tem sido bastante elogiado por movimentos sociais, sindicatos e intelectuais, sendo, inclusive, “(...) considerado modelo para vários países da África e das Américas do Sul e Central. Nestas mudanças, é importante não perder de vista o papel que o PAA vem desempenhando na construção, estruturação e regulação de mercados para o conjunto da agricultura familiar e na criação e fortalecimento das organizações de produtores, contribuindo, assim, no âmbito da política agrícola e no empoderamento destes atores sociais” (JUNIOR; GRISA, 2012). Mesmo assim, se avalia que ele atende a cerca de 300 mil pequenos agricultores (ainda bem distante da demanda de 4 milhões).

programas voltados à garantia de comercialização e preço mínimo, como o Pronaf e PAA, estes atingem cerca de 10% da população de 800 mil famílias assentadas.

Mas, para além da questão econômica, haveria um impacto político de tais programas? Como a concorrência por recursos limitados, o incentivo (velado) à cultura de *commodities*, e a gramática burocrática de editais intervém nas formas organizativas desse campesinato?

Dilma Rousseff, em discurso em fevereiro de 2013, foi bem clara quanto aos interesses governamentais: “Nós queremos criar uma classe média no campo, uma classe média de pequenos produtores, uma classe média de cooperativados”³⁸. Além disso, como indica reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, “A presidente também pediu uma parceria com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) para buscar os brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza e que não constam nos cadastros do governo”. A meta é fazer com que os assentados da reforma agrária tenham acessos aos programas sociais do governo, como *Bolsa Família*, *Minha Casa Minha Vida* e *Brasil Carinhoso*³⁹.

A estratégia de governo de Dilma de criar uma classe média no campo, por um lado, e, de outro lado, inserir os assentados nos programas sociais focados do governo reforça uma oposição entre camponês e agricultor familiar, em que este último é associado ao moderno, enquanto o camponês ao atraso. Esta distinção é própria do paradigma do capitalismo agrário (FERNANDES, 2013b), que transfere os motivos da diferenciação para os sujeitos que a sofrem, e não identifica sua causa nas relações de subordinação, em distintos níveis, ao capital.

Para Gilmar Mauro⁴⁰,

O discurso da Dilma de criar uma nova classe média rural é um novo crédito. É até interessante o debate para criar um novo formato de crédito. Mas o grande problema é que é uma parte muito pequena que vai ser incluída, o restante está fora, aí é o esquema dos programas sociais. Vai ficar literalmente no CU (Cadastro Único), a turma nossa está brincando, porque não é um programa de reforma agrária para resolver os problemas, o que o governo Dilma está fazendo é um programa dentro da lógica do Estado burguês.

³⁸ Cf.: REFORMA agrária não pode ser sinônimo de agricultura de subsistência, diz Dilma. **Folha de S. Paulo**, 04 fev. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1225817-reforma-agraria-nao-pode-ser-sinonimo-de-agricultura-de-subsistencia-diz-dilma.shtml>>, e, APÓS anunciar R\$ 133 bi a agricultores, Dilma diz que o que gastarem nós cobrimos. **Folha de S. Paulo**, 04 fev. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1225592-apos-anunciar-r-133-bi-a-agricultores-dilma-diz-que-o-que-gastarem-nos-cobrimos.shtml>>.

³⁹ Grynspan (2011) já apontava esta linha das políticas governamentais, em governos passados, em relação à reforma agrária, sendo que, “(...) em 1993, a reforma agrária deixou de ser objeto de uma campanha autônoma, para tornar-se parte da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”.

⁴⁰ Cf.: entrevista ao autor, 15 maio 2013, São Paulo.

Longe de serem políticas públicas neutras, cabe salientar que a lógica a que elas obedecem foi criada pelo Banco Mundial e experimentada no Brasil com os governos FHC, sendo aprimoradas nos governos Lula e Dilma.

Nas políticas públicas, o paradigma do capitalismo agrário teve forte influência principalmente a partir do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. Surgiram diferentes políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Novo Mundo Rural, que tinha como principais ações a implementação da relação compra e venda da terra como forma de inibir as ocupações de terra, além de criação de infraestrutura social nos assentamentos rurais (...) as políticas públicas que o paradigma do capitalismo agrário não conseguiu 'aparelhar' foram extintas ou congeladas, como no caso do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procerá) – substituído pelo Pronaf (...) (FERNANDES, 2013, p. 197).

Para Gerson Teixeira (2013), a geração de políticas públicas, como o Pronaf, impeliu a modernização conservadora da agricultura familiar, mantendo a mesma matriz tecnológica da agricultura empresarial. Diante do exposto, já é possível antecipar que o MST não passará incólume por essa forma de política gestada no Banco Mundial, iniciada nos governos FHC e desenvolvida nos governos do PT.

Ao ignorar os condicionantes políticos e a reforma agrária limitar-se a uma bandeira da redução da pobreza, isto significa a defesa de um tipo de desenvolvimento civilizatório do capitalismo no campo? Nesse sentido, a distribuição pontual e localizada de terras, em conjunto com políticas de planejamento, concessão de crédito, assistência técnica, integração ao mercado seria o novo caminho a percorrer? Esse parece ser o consenso prático atual enquanto objetivo estratégico estabelecido entre governo, grandes empresas e movimentos sociais, variando, isto sim, os valores, graus e intensidade de tal projeto de reforma agrária, mas não seu aspecto estrutural (PASSA PALAVRA, 2012b).

Mais uma explanação possível (e que não entra em contradição com as anteriores) é a de que a forte relação entre o MST e o PT se deve a uma leitura do Movimento de que ambas as organizações compartilham em muitos pontos o mesmo projeto político, que se realizaria pela junção da mobilização de um amplo movimento popular organizado e a ação de um governo democrático e popular⁴¹. Resta saber se esses anseios permanecem concretamente tanto em uma quanto em outra organização.

Referência Bibliográfica

BANCO MUNDIAL. Rising global interest in farmland: can it yield sustainable and equitable benefits? Washington, set. 2010. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/ESW_Sept7_final_final.pdf>.

BERNARDO, João. **Democracia totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004.

⁴¹ Ainda que o MST reconheça que os governos Lula e Dilma não se constituem propriamente como governos democrático-populares, mas de composição de classes, estes seriam (ao menos simbolicamente) o mais perto de tais características que já houve no Brasil.

- BNDES. **Relatório Anual 2009 do BNDES**, Rio de Janeiro, 2010.
- BOGO, Ademar. **O MST e a cultura**. São Paulo: MST, 2009.
- BOITO JR, Armando. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR; GALVÃO (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 67-104.
- BRANCALEONE, Cássio; CHAGUACEDA, Armando. El Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra (MST) hoy: desafíos de la izquierda social brasileña. **Argumentos**. Estudios críticos de la sociedad. n.62, México, 2010, p. 263-279.
- BRANFORD, Sue. Lidando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social – O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010, pp. 409-431.
- CARTA de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas. **51 signatários**, 22 nov. 2011. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=48866>>.
- CARTER, Miguel; CARVALHO, Horacio Martins de. A luta na terra: fontes de crescimento, inovação e desafio constante ao MST. In: CARTER, Miguel (org.) **Combatendo a desigualdade social – O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010, p. 287-330.
- CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da Terra – como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2013.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.) **Combatendo a desigualdade social – O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010, p. 161-197.
- _____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STÉDILE (Org.). **A Questão Agrária no Brasil vol. 7**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 173-217. 2013.
- GONÇALVES, Renata Cristina. Assentamentos como pactos de (des)interesses nos governos democráticos. **Lutas Sociais**, 15-16, 2006. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_renata.pdf>.
- GRYNSZPAN, Mário. Reforma agrária sob olhar histórico. **Democracia Viva**, n. 47. IBASE, Rio de Janeiro, ago. 2011.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: STÉDILE (Org.). **A Questão Agrária no Brasil vol. 6**. São Paulo: Expressão Popular. 2013. p. 341-354.
- HARVEY, David. A acumulação via espoliação. In: HARVEY. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.
- IASI, Mauro. **As Metamorfoses da Consciência de Classes – o PT entre a negação e o consentimento**, São Paulo: Expressão Popular, parte 2, 2006.
- JUNIOR, Valdemar Wesz; GRISA, Catia. Os dez anos do plano safra da agricultura familiar: um convite à reflexão. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura, n. 42, jul. 2012. Disponível em: <http://oppa.net.br/artigos/portugues/artigo_OPPA_br_042-07_2012-Catia_Grisa-Valdemar_Junior.pdf>.
- LERRER, Débora. **Reforma agrária - Os caminhos do impasse**. São Paulo: Garçon, 2003.
- LOUREIRO, Isabel. Rosa Luxemburg e os movimentos sociais contemporâneos: o caso do MST. **Crítica Marxista**, n. 26. São Paulo, 2008.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MACHADO, Eliel. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Lutas Sociais**, n.21/22. São Paulo: NEILS, 2009, p. 23-34.
- _____. Movimentos populares na América Latina: paradoxos das lutas anti-sistêmicas? **Lutas Sociais**, n. 23. São Paulo: NEILS, 2009, p. 32-42. 2009b.
- MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

- MAURO, Gilmar. É preciso investir no processo de formação. In: LOUREIRO, Isabel (org.) **Socialismo ou barbárie** – Rosa Luxemburgo no Brasil. São Paulo: IRLS, 2008, p. 90-105.
- MILIBAND, Ralph. **El Estado en la sociedad capitalista**. México, DF: Siglo XXI, 1970.
- MST. **Carta do V Congresso Nacional**, 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/especiais/10/>>.
- MST. Programa de reforma agrária - 1984. In: STEDILE (Org.). In: **A questão agrária no Brasil vol. 3**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MST. Proposta de Reforma Agrária do MST – 1995. In: STÉDILE (Org.). **A questão agrária no Brasil vol. 3**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- NETO, Luiz Bezerra. **Sem-Terra aprende e ensina**. Estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. Campinas: Autores associados, 1999.
- PASSA PALAVRA. **O MST e a reforma agrária**. 23 set. 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=64686>>. 2012a.
- _____. **Reforma agrária? Quê reforma?** 13 set. 2012. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=64237>>. 2012b.
- PEREIRA, Hamilton. Somos a perigosa memória das lutas. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social** – O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Unesp, 2010, p. 479-491.
- PIZZETA, Adelar. É fundamental avançar na consciência política da nossa base social. In: **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, nº 317, Jan/Fev 2012.
- PORTO-GONÇALVES, C; ALENTEJANO, P. **A Reconfiguração da Questão Agrária e a Questão das Territorialidades** – 2011. Disponível em: <<http://alainet.org/images/2011%20-%20A%20Reconfigurac%C3%A3o%20da%20Quest%C3%A3o%20Agr%C3%A1ria%20e%20a%20Quest%C3%A3o%20das%20Territorialidades%20-%202020-06.pdf>>.
- POULANTZAS, Nico. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- RESENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria Luisa. A contra-reforma agrária no Brasil. In: MARTINS, M. D. O (Org.). **Banco Mundial e a Terra** – ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Ed. Viamundo, 2004, p. 75-79.
- RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis?”**: as relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.
- SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo, Atêlie Editorial, 2011.
- SILVA, Lucina Henrique da. A Trajetória do MST nos anos 2000: avanços e recuos na luta pela reforma agrária no Brasil, 2012.
- SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- STÉDILE, João Pedro. Dois modelos de sociedade e produção agrícola. MST, 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/833>>.
- _____. Entrevista à revista Estopim. O Diário Info, 20 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.odiarario.info/?p=2586>>. 2012.
- _____. (Org.). **A questão agrária no Brasil, vol 6**. O debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013.